

TEXTOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS – DISCURSOS, LETRAMENTOS E IDENTIDADES

TEXTS AND SOCIOCULTURAL PRACTICES – DISCOURSES, LITERACIES AND IDENTITIES

Izabel Magalhães*

Resumo: *O propósito deste trabalho é relacionar discursos, letramentos e identidades na concepção da análise de discurso crítica, focalizando a violência contra mulheres. Nas práticas de gênero, um dos efeitos do poder é a violência, que se manifesta discursivamente em ameaças e insultos, e não-discursivamente em agressões físicas. Esse é um tema oportuno, dada a celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 2008. Com a análise da intertextualidade em uma reportagem de jornal, a principal conclusão do trabalho é que as inovações nos recursos representacionais da imprensa estão em descompasso com os discursos citados em reportagens sobre violência contra mulheres. Como o discurso é uma dimensão importante na construção de crenças, conhecimentos, valores e visões de mundo, é fundamental investir em ações discursivas (leis) e não-discursivas (punição) e, sobretudo, na formação de novas mentalidades em relação ao gênero social por meio do letramento, que é o uso social da leitura e da escrita.*

Palavras chave: *Violência contra mulheres; intertextualidade; análise de discurso crítica.*

* Doutora em Linguística (Universidade de Lancaster, Reino Unido, 1985); bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: mizabel@uol.com.br.

Introdução

Focalizando a relação entre linguagem e poder nas práticas socioculturais, os estudos críticos da linguagem abordam temas relacionados à crítica social e destacam a maneira como os elementos textuais representam (discurso) e (res)significam grupos de excluídos (identidades) para manter relações assimétricas de poder. O estudo do discurso é uma forma de debater e criticar a exclusão praticada e representada nas práticas socioculturais.

O propósito deste trabalho é relacionar discursos, letramentos e identidades na concepção da análise de discurso crítica, examinando a violência contra mulheres. Em relação a isso, o trabalho propõe contribuir para a formação de novas mentalidades em relação ao gênero social por meio do letramento, que é o uso social da leitura e da escrita.

Fairclough (2003, p. 202) sugere que a análise de discurso crítica (ADC) seja “uma forma de pesquisa social crítica”.¹ Segundo Fairclough, a pesquisa social crítica pode começar com a seguinte pergunta: “Como as sociedades existentes provêm as pessoas com as possibilidades e os recursos para vidas ricas e gratificantes, como por outro lado elas negam às pessoas essas possibilidades e esses recursos?” Fairclough refere-se à desigualdade na distribuição de recursos entre segmentos da população.

Contudo, é válido direcioná-la à relação de gênero e ao poder. Foucault (1996, p. 9) nos fala das interdições da sexualidade e da política, interdições cruzadas, que se reforçam, “formando uma grade complexa que não cessa de se modificar”. Poder e discurso são elementos fundamentais dessa grade, “como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”.

Um dos efeitos do poder na relação de gênero é a violência, que se manifesta discursivamente em ameaças e insultos, e não-discursivamente em agressões físicas. Tome-se, por exemplo, a violência praticada contra mulheres por maridos e companheiros. De 1991 a 1999 em São Paulo, houve um aumento de 41,1% no homicídio de mulheres e crime passionai é tido como o principal motivo (Pro-Aim – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade do Município de

¹ Todas as traduções citadas aqui são de minha autoria.

São Paulo). Embora a mídia brasileira venha contribuindo para o questionamento da prática de violência contra mulheres, o sequestro da adolescente Eloá, e seu aprisionamento em cárcere privado seguido de assassinato por seu ex-namorado em 2008, foi um espetáculo de mídia televisiva que teve implicações morais. Cabe perguntar até que ponto a exposição detalhada e repetida de um crime, nesse caso um crime contra uma menina adolescente, não seria uma faca de dois gumes, ao mesmo tempo informando e contribuindo para naturalizar a prática da violência contra mulheres?

Esse é um tema oportuno, dada a celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 2008. Como se sabe, os Direitos das Mulheres foram reconhecidos internacionalmente como Direitos Humanos em 1993, na Conferência de Viena (Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos). A intervenção do Estado brasileiro nessa questão ainda é tímida, mas é preciso destacar dois momentos. 1) Em 2002, foi criada a Secretaria dos Direitos da Mulher, que, em 2003, foi transformada na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2) Em 2006, foi promulgada a primeira lei para punir agressores, a Lei 11.340, denominada Lei Maria da Penha (Dias, 2007).

A prática de violência contra mulheres faz parte das práticas socioculturais de gênero, que são materiais e simbólicas, incluindo ações, sujeitos e relações sociais, discurso, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência, valores (Fairclough, 2001a, Magalhães, 2004). Para combatê-la, é fundamental investir na formação de novas mentalidades por meio do letramento, que é o uso social da leitura e da escrita.

Este trabalho propõe examinar uma reportagem de jornal, um produto de práticas socioculturais, que incluem discursos, letramentos e identidades femininas (Magalhães, 2008). Na primeira seção, comento sobre discurso e texto e na segunda, sobre práticas socioculturais, letramentos e identidades femininas.

Discurso e texto

Como forma de prática social, com elementos verbais e visuais de poderoso impacto na contemporaneidade, o discurso é uma dimensão fundamental na formação de crenças, conhecimentos, valores e visões de mundo. A análise de discurso examina questões contemporâneas, como o racismo, a discriminação de gênero, a violência, as identidades, a exclusão social, a política, a degradação da natureza

(Magalhães, 2005a). Fairclough (2001b, 2003) tem-se dedicado à elaboração de um método para o estudo do discurso. Van Dijk (2000) defende a relação interdisciplinar entre discurso e cognição.

Dotar de sentido, entender, interpretar e muitas outras noções... não pertencem exclusivamente ao domínio das estruturas do discurso e da interação social, mas também ao âmbito da mente. Por exemplo, tanto as explicações abstratas como as mais concretas da ordem das palavras, do significado das orações, da coerência e dos esquemas narrativos, dos atos de fala ou das interações próprias da conversa sempre pressupõem que os usuários da língua tenham conhecimentos. (Van Dijk, 2000, p. 42)

Wodak e Chilton (2005) propõem que a pesquisa do discurso contemple quatro pontos. 1) Considerando que a análise do discurso é praticada atualmente em diversas partes do mundo (além da Europa onde se iniciou, no Oriente Médio, na África, na China, nos Estados Unidos, e na América Latina), há uma demanda de uma agenda própria a diferentes culturas, com explicitação da natureza, dos objetivos e das metas da análise de discurso.

2) Essa 'nova agenda' é interdisciplinar, o que pode ser um problema. A interdisciplinaridade não deve ser intuitiva; precisa ser definida, de forma a produzir conhecimento novo. Além da integração com a teoria social, o 'diálogo transdisciplinar' é necessário com investigadores da ciência política e das relações internacionais, da psicologia, da ciência cognitiva e da pragmática. Cabe ressaltar que não se trata de uma agenda fechada; portanto, novas formas de integração do conhecimento são possíveis.

3) É preciso considerar as mudanças econômicas globais, as mudanças climáticas, a revolução eletrônica na comunicação, as novas tecnologias biológicas que impõem reflexão sobre dilemas éticos, o fundamentalismo religioso e as novas guerras após o evento de 11 de setembro de 2001, os novos nacionalismos. Aqui, certo cuidado é recomendado, pois não se trata de resolver problemas e sim de contribuir com o estudo do discurso para questionar e problematizar o senso comum naturalizado.

Enquanto a análise de discurso crítica (ADC) pode afirmar que promoveu conscientização em importantes áreas do mundo da vida, reconhecidamente em relação ao gênero, ao nacionalismo, à xenofobia e ao racismo, tópicos que até o momento receberam corretamente a maior atenção e que continuarão a receber atenção, questões novas e imprevisíveis surgem nos processos de mudança

histórica em diferentes partes do mundo, entre os quais se podem mencionar os que investigadores e investigadoras da ADC já conhecem, como a Aids, a mudança climática, a migração... (Wodak; Chilton, 2005, p. xv)

4) A reflexão sobre os pressupostos filosóficos da análise de discurso deve ser continuada, principalmente devido às relações interdisciplinares e internacionais, em que o termo 'crítica' é às vezes obscuro. A noção 'análise de discurso positiva' precisa ser avaliada, pois pressupõe uma visão limitada do termo 'crítica', como se fosse sinônimo de 'negativa', o que é um equívoco. A ADC deriva da crítica textual e bíblica, passando pela crítica filosófica do Iluminismo, de Kant, por Marx e pela teoria social crítica da Escola de Frankfurt. É fundamental distinguir entre dois sentidos de 'crítica', um referente a julgamento racional e outro ligado às práticas de crítica social. É desnecessário dizer que à análise de discurso se aplica o segundo sentido, nunca o primeiro.

O método de análise de discurso textualmente orientada (ADTO) é praticado na vertente linguística da análise de discurso, que foi influenciada pela Linguística Crítica (LC) e pela Linguística Sistemico-Funcional (LSF) (Halliday, 1994; Magalhães, 2004). O texto é a dimensão semiótica da prática social; contribuição discursiva produzida em um contexto social para ser retomada, incorporada, questionada, ecoada, ironizada ou transformada em outros contextos espaciais e temporais (Magalhães, 2005b, p. 235). A compreensão adequada do texto, que é produto de uma prática sociocultural, é situada localmente e, ainda, na instituição ou instituições pertinentes e na sociedade mais ampla. Por essa razão, Lemke refere-se aos significados políticos do texto.

O textual, no sentido amplo de todos os significados que produzimos, quer seja em palavras ou em atos, é profundamente político. Nossos significados moldam nossas relações sociais e são moldados por elas, tanto como indivíduos quanto na condição de membros de grupos sociais. (Lemke, 1995, p. 1)

Diversos estudos na análise de discurso têm considerado a intertextualidade. Esse é um termo geral que se subdivide em interdiscursividade, que corresponde aos discursos a que se recorre nos textos e intertextualidade manifesta. Esses termos são de Pêcheux (1988) e Authier-Révuz (1990). O estudo contemporâneo da intertextualidade deve-se em grande parte à releitura da obra de Bakhtin.

Para Bakhtin (1979, p. 99), a enunciação depende das relações sociais, pois é na interrelação social que se constrói. "*A situação social mais imediata e o meio*

social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (id., ibid. – grifo do autor). Isso significa que “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (id., ibid.) e que a enunciação é necessariamente intertextual. Além disso, a intertextualidade atua em sentido mais amplo, construindo textualmente cenários passados, presentes e futuros.

Essa forma de compreender a linguagem em termos de uma abordagem dialógica é conhecida no pensamento de Bakhtin (1997, p. 413) – “De minha parte, em todas as coisas, ouço as vozes e sua relação dialógica”. Na obra *The dialogic imagination* (1981, p. 259), Bakhtin sugere que se dê atenção à “vida social do discurso... nos espaços abertos das praças públicas, ruas, cidades e povoados, dos grupos sociais, das gerações e das épocas”. Portanto, o estudo da intertextualidade não deve restringir-se a determinados textos, podendo focalizar textos diversificados. Alguns exemplos são reportagens de jornal (que serão discutidas aqui), relatórios institucionais, entrevistas etnográficas, cartas, mensagens e páginas eletrônicas.

Em obra recente, Koch, Bentes e Cavalcante (2008) separam a intertextualidade da prática sociocultural, o que limita o potencial analítico do conceito. Entretanto, os textos são elementos dos eventos sociais, contribuições para a comunicação que podem ser repetidas, aceitas ou problematizadas. Smith (1990, p. 4) destaca a relevância do estudo de textos para compreender as “relações de mando”. “O texto é analisado por sua forma caracteristicamente textual de participação nas relações sociais. O interesse está na organização social dessas relações e em penetrá-las, descobri-las, expor seu interior, por meio dos textos.” As relações sociais são mediadas intertextualmente, pois os textos recorrem a discursos particulares. Esses discursos organizam as relações sociais de forma a reforçar poderes e privilégios.

É nesse sentido que Fairclough (1999, p. 184) situa a análise intertextual na ordem do discurso, que é formada de discursos e outros elementos que se organizam segundo a dinâmica própria de um determinado contexto sociocultural.

Enquanto a análise linguística mostra como os textos recorrem seletivamente a ordens do discurso – as configurações particulares de práticas convencionais (gêneros, discursos, narrativas, etc.) que estão disponíveis a produtores e intérpretes de textos em circunstâncias sociais particulares... A análise intertextual chama atenção para a dependência que têm os textos da sociedade e da história na forma dos recursos que são disponíveis na ordem do discurso.

É a inter-relação entre textos e discursos na ordem do discurso que constitui as interdições da sexualidade, construindo significados violentos, excludentes ou discriminatórios, representações, crenças e identidades.

Fairclough (2003) distingue dois tipos de relações nos textos: “*in praesentia*” – sintagmáticas, entre elementos presentes nos textos, incluindo a semântica, a gramática, o léxico e a fonologia; e relações externas, “*in absentia*” – paradigmáticas, entre elementos presentes e outros ausentes.

O que é “dito” em um texto é “dito” em relação a um lastro cultural do “não-dito”. Como a intertextualidade, os subentendidos ligam um texto a outros textos, ao “mundo dos textos” (Fairclough, 2003: 40)

Há três tipos de subentendidos: existenciais (“sobre o que existe”), proposicionais (“sobre o que é, ou pode ser, ou será”) e avaliativos (“sobre o que é bom ou desejável”) (Fairclough, 2003: 55). Subentendidos criam terreno comum ligado ao poder (Magalhães, 1995).

Vamos, agora, fazer uma breve análise de uma reportagem de jornal a respeito de um crime contra uma mulher praticado por seu ex-marido, em cidade próxima a Brasília, no Distrito Federal.

“Homem atira na ex-mulher e se mata” (*Correio Braziliense*, 26 de janeiro de 2002, p. 13, assinado por Paola Lima).²

Abordando um crime passionai, o texto destaca o item lexical “violência”, na página do jornal dedicada a reportagens sobre as cidades do Distrito Federal e Entorno. Trata-se de um vocábulo que situa o texto não apenas localmente, na situação específica do jornal, mas também na prática sociocultural de gênero no Brasil (Magalhães, 2008). Como já foi comentado na Introdução, a violência contra mulheres no país exigiu pressão internacional ao governo, que resultou na Lei Maria da Penha, no. 11.340, de 2006. O nome da lei é uma referência a Maria da Penha, mulher cearense que sofreu do marido duas tentativas de homicídio, ficando parálitica. Após 18 anos do crime, em 2001, a Comissão Internacional de Direitos

² O exemplo é da pesquisa *Narrativas da Violência*, coordenada por mim, no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (Nelis), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) da Universidade de Brasília (UnB). Colaborou na organização do *corpus* desta pesquisa o aluno Sandro Xavier, então matriculado na disciplina Seminário de Português, do Curso de Letras da UnB.

Humanos acusou o Estado brasileiro de negligência, recomendando medidas para políticas públicas de enfrentamento do problema (Dias, 2007).

Violência

Professora foi à casa do ex-marido em Santa Maria, a pedido dele, buscar o filho caçula e levou um tiro no pescoço e outro no peito, ontem. Tragédia já havia sido anunciada

O vocábulo “violência” é desenvolvido na oração que se segue “levou um tiro no pescoço e outro no peito” e no item lexical “tragédia”, no período seguinte, ligando-se também à manchete: “Homem atira na ex-mulher e se mata”. É, portanto, um vocábulo significativo tanto internamente quanto na relação com o contexto local, pois a página do jornal aborda assuntos das cidades do Distrito Federal. Os itens lexicais estabelecem um interdiscurso com a família tradicional e a maternidade (“foi à casa do ex-marido em Santa Maria, a pedido dele, buscar o filho caçula”). Além do discurso da família e da maternidade, o tema do texto sobre um crime passionai e a foto com o carro da polícia estabelecem forte ligação com o discurso jurídico e o discurso da polícia (Figura 1, Seção “Práticas Socioculturais, Letramentos e Identidades Femininas”).

Destaca-se a intertextualidade sintagmática, em “Tragédia já havia sido anunciada”, com o enunciado do início do texto: “Já encomendei o seu caixão. É branco.” O diálogo é emoldurado pela reportagem, que é situada no contexto da imprensa escrita. Confere um tom dramático à reportagem, mas principalmente tem como efeito a banalização de uma forma injustificável de violência. Como não há um questionamento do ato de matar, o poder de vida e morte no enunciado do agressor sobre a vítima mantém-se incólume. Compreendemos aqui como as formas do discurso indicam “tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua” (Bakhtin, 1979, p. 132). A reportagem reforça o enunciado do agressor.

Além disso, há uma intertextualidade sintagmática com dois elementos imagéticos: a foto da mulher, entre as duas primeiras colunas da reportagem, seguida da frase “Ana havia se mudado para fugir das ameaças” e a foto da rua, com o carro da polícia e o corpo do homem no chão. Dessa forma, a reportagem incorpora mudanças ocorridas nos jornais nas últimas décadas (Kress, 1996).

De modo geral, o texto explora relatos diretos e indiretos. Logo após o enunciado do início do texto em discurso direto, há dois parágrafos que apresentam o crime e a situação do casal, com discursos indiretos: “A ameaça já era conhecida...”; “Costumava dizer aos amigos e parentes de Ana que iria matá-la. Chegou a ameaçá-la pelo telefone celular.” A cristalização do sentido de “a ameaça” na pressuposição linguística sugere o poder do ex-marido sobre a vítima, mesmo encontrando-se ela separada do agressor.

Os dois parágrafos seguintes alternam discurso direto e indireto.

Há um mês, Ana mudou-se para Goiânia. Queria ficar longe do ex-marido e, por isso, não lhe contou onde morava... “Nós a aconselhamos a não brigar pela guarda do menino. Era melhor entregar o caso para a justiça”, contou a irmã de Ana, Marilene Marques. Ana tentou levar o filho algumas vezes, mas Cícero a impediu. Da última vez, os dois discutiram e ele chegou a bater nela.

Ontem Cícero parecia, enfim, ter cedido. Cerca de 10h, ligou para a Ana, que viera a Brasília resolver problemas com o banco. Pediu a ela que levasse o filho para passar uns dias em Goiânia. O único sinal de que algo estava errado foi percebido um pouco antes, por uma vizinha. “Ouvi um tiro e perguntei o que era aquilo. Ele disse que estava fazendo um teste com o revólver.”, contou a moça, que não quis se identificar.

Há mais dois parágrafos, um com o detalhamento da ação do crime e o outro com a busca de ajuda pela irmã e o filho, e com o suicídio.

Teste feito, Cícero esperou pela ex-mulher. Pouco depois do meio-dia ela chegou, acompanhada da irmã Marilene e de um sobrinho. Cícero os recebeu normalmente. Até mostrou à cunhada os progressos na obra de construção da casa. Assim que ficou a sós com Ana, puxou o revólver calibre 38. Ela ainda tentou correr, mas foi atingida. Levou um tiro no pescoço, outro no seio direito. Ferida, caiu no meio da rua.

Marilene e o filho saíram em busca de ajuda.. Cícero foi ao lugar onde a ex-mulher estava. Ajoelhou-se ao lado dela e deu um tiro na cabeça. Seu corpo caiu por cima do de Ana. O socorro chegou pouco depois. Ana está em

observação na neurocirurgia do Hospital de Base do Distrito Federal. Apesar da bala alojada no pescoço, próximo à coluna cervical, e de ferimentos no rosto e no seio, está consciente. Até o final da tarde a família ainda não tinha informações sobre o enterro de Cícero.

São significativos os subentendidos proposicionais no anúncio do crime e nas ameaças, e o subentendido existencial em: “Cícero foi ao lugar onde a ex-mulher estava. Ajoelhou-se ao lado dela e deu um tiro na cabeça. Seu corpo caiu por cima do de Ana.” Note-se o implícito de arrependimento e de ruptura com a vida.

Os subentendidos sugerem fortemente uma prática sociocultural em que as relações de gênero são fechadas, com um parceiro agressor, mas sem perspectivas quer para a mulher, quer para o homem. Como essa prática de gênero ainda está arraigada entre nós, caracterizando-se como violação dos direitos humanos, é preciso questioná-la com o debate dos discursos conservadores.

Práticas socioculturais, letramentos e identidades

A crítica a esses discursos passa pela mudança nas crenças das pessoas em relação ao gênero. Em parte, isso se realiza pela força da lei, a Lei Maria da Penha. Contudo, uma mudança cultural é muito complexa, envolvendo a construção de novos valores e de uma consciência do outro, um processo educacional no sentido amplo. Essa mudança cultural pode estar ligada à valorização das mulheres. Considerando que as mulheres frequentemente abandonam os estudos para cuidar da família, cabe investigar os usos da leitura e da escrita por mulheres (letramentos) e o acesso a leituras e escritas socialmente prestigiadas. Essas últimas representam uma forma de poder (Magalhães, 2005c).

De acordo com Meurer (2004), nas práticas socioculturais há uma relação entre identidades, normas, e recursos, estruturas sociais. Dessa forma, mudanças nas práticas de gênero que foram analisadas aqui estão ligadas a mudanças nas leis e nas identidades, mas também nos recursos e nas estruturas sociais, como os papéis de marido e mulher. A diversificação dos letramentos significa novos recursos e novas influências para as identidades femininas.

As práticas socioculturais são formadas de dimensões discursivas e dimensões não-discursivas que interagem umas com as outras, como, por exemplo,

discursos, letramentos e identidades. Os discursos apresentam uma determinada visão do mundo, podendo, portanto, contribuir para letramentos e identidades (Figura 1, a seguir). Em estudo recente, analisei quatro discursos em relação às identidades femininas: o discurso da família tradicional, o discurso da escola, o discurso do afeto e o discurso profissional (Magalhães, 2008: 67).

Esses discursos de gênero produzem identidades femininas heterogêneas e metamorfoseadas. Marcadas pelo poder em discursos tradicionais, como ocorre na situação do texto analisado, as identidades tradicionais são fixas. Por exemplo, se Ana tivesse feito uma denúncia, poderia ter evitado o desfecho trágico da sua história. Dependendo da faixa etária, as identidades femininas tradicionais podem coexistir com identidades profissionais e com identidades metamorfoseadas. Na reportagem analisada, a vítima, identificada como professora e ex-mulher do agressor, integra os três grupos identitários (Figura 1).

Nas práticas socioculturais, situam-se as práticas de letramento da imprensa, que passaram por profundas transformações, com o advento das mudanças tecnológicas, como é indicado na Figura 1 (Thompson, 1998). Street (1984) defende os conceitos de 'prática de letramento' e de 'múltiplos letramentos', que são instrumentais para a análise dessas mudanças. Práticas de letramento são matrizes culturais amplas, "com formas particulares de pensar e de realizar a leitura e a escrita em contextos culturais" (Street, 2000, p. 22). Quanto ao conceito de múltiplos letramentos, relaciona-se à concepção da cultura como "um processo que é contestado, não um inventário dado de características" (id., p. 19). Para Street, "cultura é um verbo" (id., *ibid.*). Entender as práticas de letramento da imprensa nesses termos significa, entre outras coisas, examiná-las como processos dinâmicos, com uma heterogeneidade de discursos, letramentos e identidades.

Em decorrência da mudança nos 'recursos representacionais', a produção e a leitura de reportagens de jornais atualmente demandam a relação entre texto escrito e imagem (fotos, desenhos, figuras, mapas, etc.). Para Kress (1996, p. 18), "os recursos representacionais constituem tecnologia altamente específica..., que capacita em determinadas direções, e que impede em outras." Alguns desses impedimentos estão relacionados à incorporação de discursos conservadores e mesmo discriminatórios nas práticas de letramento da imprensa (Martins, 2007). Isso fica claro na seleção das fontes citadas, por exemplo, o texto é iniciado com a citação do agressor em discurso direto (Seção "Discurso e texto").

FIGURA 1 – PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

DISCURSOS	LETRAMENTOS	IDENTIDADES
Família tradicional	Mudanças no jornal	<i>Tradicionais</i>
Maternidade	Texto escrito e imagem	Mãe
Jurídico	(Fotos da vítima e da rua)	Filho
Polícia		Irmã
Imprensa		Vizinha
		Agressor
		<i>Profissionais</i>
		Professora
		<i>Metamorfoseadas</i>
		Ex-marido
		Ex-mulher

A interdiscursividade estabelecida na reportagem reforça um estado de coisas que é altamente prejudicial às mulheres, estabelecendo elos entre posições conservadoras (Figura 2). Além disso, a repetição de itens lexicais, como “ameaça”, que tem o pressuposto ideológico de que existe ameaça, contribui para cristalizar posições antagônicas, de um lado, o poderoso agressor, e de outro, a vítima indefesa. A intertextualidade cria a materialidade textual adequada às posições estabelecidas pela interdiscursividade. Vamos examinar os parágrafos iniciais da reportagem.

“Já encomendei o seu caixão. É branco.”

A ameaça já era conhecida pela família da professora Ana Costa Lima Casado, 30 anos. Separada há quatro meses do marido, Cícero Lima Casado, 30 anos mais velho, ela sofria com a necessidade que ele tinha de aceitar o fim do relacionamento e com as ameaças que fazia. Ontem pela manhã, a história acabou em morte. Cícero atirou duas vezes na ex-mulher, na porta de sua casa, na quadra central de Santa Maria. Depois, suicidou-se com um tiro na cabeça. Ana sobreviveu e está internada no Hospital de Base.

O casal ficou junto 14 anos e teve quatro filhos. Ana decidiu se separar, por não aguentar mais as brigas por ciúmes. E levou com ela as duas filhas mais velhas, com idades entre 10 e 13 anos. O caçula, de sete anos, ficou com o pai. Cícero, porém, não se conformou. Costumava dizer aos amigos e parentes de Ana que iria matá-la. Chegou a ameaçá-la pelo telefone celular.

A narrativa da história do casal anterior ao crime confere unidade à reportagem, construindo um todo, no qual se encaixam discurso direto, discurso indireto e pressuposições e subentendidos (Figura 2). O caráter único da reportagem é obtido pela combinação dessas unidades “subordinadas, mas relativamente autônomas” (Bakhtin, 1981, p. 262).

FIGURA 2 – REPORTAGEM SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

INTERDISCURSIVIDADE

Família tradicional ↔ Imprensa (Reportagem) ↔ Maternidade ↔ Jurídico ↔ Polícia

INTERTEXTUALIDADE

Narrativa ↔ Discurso Direto ↔ Discurso Indireto ↔ Pressuposição

A análise da reportagem aponta a natureza dinâmica das práticas socioculturais, com a interrelação entre discursos (textos) e vida social. As práticas de gênero encontram-se em processo de mudança, da mesma forma que os discursos e as identidades. A imprensa contribui para novas experiências na produção e na leitura de reportagens em que há mescla entre o texto escrito e a imagem. Porém, a imprensa reforça a identidade do agressor e a violência contra mulheres, contribuindo para naturalizar atos de violência. As relações interdiscursivas e intertextuais reforçam a assimetria nas relações de gênero.

Considerações finais

O estudo dos textos nas práticas socioculturais demanda aproximação entre linguística e ciência social. Como sugere Kristeva (1986, p. 40), “um texto não pode ser apreendido apenas pela linguística”. Citando Bakhtin, Kristeva nos fala de uma “ciência *translinguística*, que, desenvolvida na base do dialogismo da linguagem, nos tornaria capazes de compreender *relações* intertextuais...” Esse é um caminho a ser seguido em futuras pesquisas.

Além disso, é preciso dar continuidade ao estudo das identidades de gênero nas práticas socioculturais. Aqui, o foco incidiu sobre uma reportagem de jornal, na qual foram examinados os conceitos de discurso, letramento e identidade na perspectiva crítica. A principal conclusão do trabalho é que as inovações nos recursos representacionais da imprensa estão em descompasso com os discursos citados em reportagens sobre violência contra mulheres.

Como foi dito aqui, o discurso é uma dimensão das práticas socioculturais formadora de crenças e valores. É, portanto, imprescindível investir em ações discursivas, como a Lei Maria da Penha. Ao mesmo tempo, deve-se cuidar da formação de novas mentalidades por meio do letramento.

Referências

- AUTHIER-RÉVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. C. M. Cruz e J. W. Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19: 25-42, 1990.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo, Hucitec, 1979 (1977).
- _____. *The dialogic imagination*. HOLQUIST, M. (org.) Trad. C. Emerson e M. Holquist. Austin, University of Texas Press, 1981.
- _____. *Estética da criação verbal*. Trad. M. E. G. Pereira. São Paulo, Martins Fontes, 1997 (1979).
- DIAS, T. R. N. Práticas identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica. Universidade de Brasília, 2007, dissertação de Mestrado inédita.
- FAIRCLOUGH, N. Linguistic and intertextual analysis within discourse analysis. In: JAWORSKI, A; COUPLAND, N. (orgs.) *The discourse reader*. Londres/Nova York, Routledge, 1999, p. 183-211.

- _____. The dialectics of discourse. *Textus*, 14 (2), 3-10, 2001a.
- _____. *Discurso e mudança social*. Coord. Trad., rev. e prefácio à ed. bras. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001b (1992).
- _____. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. Londres e Nova York: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. L. F. de A. Sampaio. São Paulo Edições Loyola, 1996 (1971).
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. Londres/Melbourne/Auckland, Edward Arnold, 1994 (1985).
- KOCH, I. V; BENTES, A. C; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade*. Diálogos possíveis. 2. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2008.
- KRESS, G. Representational resources and the production of subjectivity. In CALDAS-COULTHARD, C. R; COULTHARD, M. (orgs.) *Texts and practices*. Readings in Critical Discourse Analysis. Londres/Nova York, Routledge, 1996, p. 15-31.
- KRISTEVA, J. Word, dialogue and the novel. In: MOI, T. (org.) *The Kristeva reader*. Oxford, Blackwell, 1986, p. 34-61.
- LEMKE, J. L. *Textual politics*. Discourse and social dynamics. Londres: Taylor & Francis, 1995.
- MAGALHÃES, I. A critical discourse analysis of gender relations in Brazil. *Journal of Pragmatics*, 23: 183-97, 1995.
- _____. Teoria crítica do discurso e texto. CALDAS-COULTHARD, C. R; FIGUEIREDO, D. de C. (orgs.) *Linguagem em (Dis)curso*, 4, Especial, 113-31, 2004.
- _____. Introdução. A análise de discurso crítica. MAGALHÃES, I; RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *D.E.L.T.A.*, 21: Especial: 1-9, 2005a.
- _____. Análise do discurso publicitário. *Revista da Abralin*, 4: p.p. 231-60, 2005b.
- _____. Interdiscursivity, gender identity and the politics of literacy in Brazil. In LAZAR, M. M. (org.) *Feminist critical discourse analysis*. Houndmills/Basingstoke/Hampshire, Palgrave Macmillan, 2005c, p. 181-204.
- _____. Discursos e identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos e no Ensino Especial. *Calidoscópio*, 6 (2): 61-68, 2008.

MARTINS, A. R. N. Imprensa, minorias e análise do discurso – um espaço de construção da democracia. RESENDE, V. de M; RIOS, G. (orgs.) *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 8, Especial, 26-42, 2006/2007.

MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na Linguística Sistêmico-Funcional e na Análise Crítica do Discurso. CALDAS-COULTHARD, C. R; FIGUEIREDO, D. C. (orgs.) *Linguagem em (Dis)curso*, 4, Especial, p.p. 113-31, 2004.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

SMITH, D. *Texts, facts and femininity*. Exploring relations of ruling. Londres, Routledge, 1990.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

_____. Literacy events and literacy practices. Theory and practice in the New Literacy Studies. In MARTIN-JONES, M; JONES, K. (orgs.) *Multilingual literacies*. Reading and writing different worlds. Amsterdã/Filadélfia, John Benjamins, 2000, p. 17-29.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade*. Uma teoria social da mídia. 3. ed. Trad. W. de O. Brandão. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

VAN DIJK, T. A. (org.) *El discurso como estructura y proceso*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.

WODAK, R; CHILTON, P. *A new agenda in (critical) discourse analysis*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 2005.

Abstract: *The purpose of this paper is to relate discourses, literacies and identities according to critical discourse analysis, focusing the issue of violence against women. In gender practices, one of the effects of power is violence, which is manifested discursively in threats and insults and non-discursively in physical aggression. Given the celebration of the Universal Declaration of Human Rights in 2008, this is a relevant theme. With an analysis of intertextuality in a press report, the paper concludes that there is a gap*

between innovation in the press representational resources and the discourses drawn upon in reports about violence against women. As discourse is an important dimension in the construction of beliefs, knowledge, values and world view, it is absolutely necessary to invest in discursive and non-discursive actions (laws and punishment) and, above all, in the promotion of new ways of thinking about gender through literacy, in the sense of the social use of reading and writing.

Keywords: *violence against women; intertextuality; critical discourse analysis.*